

PREFEITURA DO RECIFE
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos
Juventude e Políticas Sobre Drogas
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Ata da Reunião do Pleno Extraordinário (Híbrida) do Conselho Municipal de Assistência Social do Recife - CMAS

Ata do Pleno do CMAS de Nº 309

Local Virtual : <https://meet.google.com/waz-swsm-aax>

Data: 29 de junho de 2022

Aos 29 dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 14:00hs, realizou-se a Reunião do Pleno Extraordinário do CMAS, através do link <https://meet.google.com/waz-swsm-aax> sob a coordenação de Edson Lima - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com a seguinte Pré-Pauta:

1. Palavra do Presidente;
2. Apresentação e votação da pauta;
3. Alteração do Plano de Trabalho da Emenda Parlamentar nº202281000306.
4. Informes.

Estiveram presentes: Edson Lima - Presidente do CMAS - SDSDHJPD; Barbara Siqueira - NACC; Ana Maria Costa Magalhães - Secretária da Mulher; Cybelle Oliveira - Sociedade Bíblica do Brasil - SBB; Auxiliadora Pires - Secret. Governo e Participação Social; Kadja Camilo - Casa Rosa; Fagner Valença – SINDSEPRE; Karine de Oliveira – Secret. Juventude; Jailson José - Representante de Usuários da Assistência Social; Silma Paula - Secr. Executiva de Direitos Humanos; Jeferson Ferreira - Representante de Usuários da Assistência Social; Micael José - ASSOBECECER; Robson Pessoa - Representante de Usuários da Assistência Social; Jailson - Representante de Usuários da Assistência Social; . E as convidadas(os): Giselle da Silva e Gabriel dos Santos - GGAF; Cibele - Projeto Barnabé; Marcia Chagas- MAC; Arlanea Moreira - ESPRO; Vera Lúcia - Comunidade Espírita Elias Sobreira; Glauce França. Também estiveram presentes a equipe do CMAS: Ystefhani Barbalho - Secretária Executiva do CMAS; Monica Albuquerque – Assistente Social do CMAS; Simone Ribeiro- Auxiliar Administrativo do CMAS. Justificou a ausência: Alcilene Santana - Secret. de Educação

Edson cumprimenta a todas/os e inicia a reunião explicando o motivo da realização deste segundo Pleno Extraordinário, que foi por uma demanda urgente, com um ponto de pauta principal. No momento da palavra do presidente, Edson faz a leitura de um poema de Cecília Meireles que se chama “Motivo”. Após esse momento de reflexão, Edson passa para o ponto de pauta sobre a Emenda Parlamentar que foi aprovada pelo Conselho na reunião do pleno ordinário de Julho. Para explicar e tratar sobre o tema, e as modificações que foram necessárias fazer, foram

convidadas duas pessoas da SDSDHJPD: Gabriel Medeiros- Sec. Gerência Geral e Gisele Feitosa para a apresentação. Gisele explica que a emenda parlamentar foi no valor de R\$ 5.500.000,00, sendo R\$ 4.500.000,00 para investimento e R\$1.000.000,00 para custeio. Nessa programação de R\$ 4.500.000,00 para investimento, a secretaria teve que fazer um levantamento de todas as unidades e das necessidades de cada uma delas, num prazo muito curto de tempo. Essa programação foi feita em um dia e meio, para fazer a programação de equipagem de todos os serviços da assistência, e foi realizada uma média geral por equipamento. Dentro desse valor de R \$4.500.000,00, uma parte já está aprovada, considerando as proteções básica, média e alta, cada um com seus equipamentos, e cada um com uma média geral de equipamento por cada aparelho. Dentro desse Universo de R\$4.500.000,00, receberam críticas duas programações: Uma de R\$ 1.687.232,88 e a outra R\$ 1.867.954,20. Dentro desses valores, a crítica não foi em relação ao valor global, mas ao valor de algumas unidades. Dentro de um universo de 14 CRAS, houve crítica em uma única unidade, que foi no CRAS Dois Irmãos. E as outras unidades criticadas foram os dois Centro Pop: o Glória e o Neuza Gomes e os Creas: Ana Vasconcelos, Espinheiro, Cordeiro e Renato Ribeiro. A crítica foi em cima do quantitativo de aquisições: condicionador de ar, mesa, notebook, cadeira. Recebeu crítica também o quantitativo de funcionários da unidade, o quantitativo de salas que compõem a unidade, e o número de usuários, onde eles fazem uma proporção bem objetiva não considerando a realidade, as especificidades de atendimento e da rotina de atividades que há naquela unidade. Foi feito uma média geral, considerando o quantitativo de aparelhos que compõem cada proteção, cada estrutura da alta, da média e da básica. Foi feito uma média geral, e na análise deles muito criteriosa, considerando toda essa conjuntura de profissionais, usuários e espaços. O Ministério fez uma crítica, no sentido de achar um volume muito grande de equipamento nessas unidades que foram citadas. Então, então a secretaria está refazendo o planejamento com o gasto dos recursos, seguindo a orientação deles, nessa proporção, reduzindo o que foi apontado por eles, para poder apresentar. No entendimento de Gabriel e Gisele essa programação vai gerar um saldo, com essa redução. Mas já se tem a informação que esse saldo pode ser reprogramado, então futuramente, possivelmente vai submeter mais uma alteração de plano, no sentido de reprogramar o saldo que vai ser gerado a partir dessa redução. Gabriel completa a fala de Gisele e diz que pelo prazo, estabeleceu um critério de fazer os equipamentos de referência, a partir da nova estrutura do RH, a partir do entendimento que se tem da dinâmica dos serviços, foi feito um espelho de equipamento de referência: O CRAS referência, o CREAS referência e o Centro Pop Referência. Só que a partir das informações do sistema do Ministério, foi observado que o Ministério começou a fazer uma conciliação de informações junto com a estrutura física dos equipamentos, com a

equipe técnica dos equipamentos, junto com a questão do nível de atendimento, a quantidade de atendimento que ocorria em cada equipamento. Então foi feito um processo de racionalização, em função primordialmente da estrutura física. Porque tem equipamentos que têm uma quantidade maior de salas, por exemplo, que não foram criticadas, ou que de fato dispunham de uma estrutura física maior, que contemplava essas necessidades de um equipamento de referência. Mas tinham outros que, do ponto de vista da estrutura física, tem o um pouco menores. Então, ter como base uma estrutura de referência, trazia uma discrepância, Por isso foi pedido pelo Ministério um processo de racionalização, para que se observasse de acordo com a dinâmica da estrutura física, e servisse para observar quais itens seriam necessários para a dinâmica do serviço acontecer. Então depois desse processo de racionalização, exigiu uma retificação, e uma nova aprovação do Conselho para prosseguir com o processo. O saldo tem a possibilidade de reprogramação e depois vai ser compartilhado com o CMAS as opções que já tem pra reprogramar para alta complexidade. Edson coloca para encaminhamento, a proposta de alteração do Plano de Trabalho da emenda parlamentar e a reorganização dos gastos a pedido do Ministério em relação a alguns equipamentos, para o CMAS aprovar essa alteração do Plano de Trabalho. Jailson questiona sobre a questão da redução por conta dos equipamentos, e comenta que não foram trazidos números: quanto foi pedido antes, o valor da redução, qual valor que vai ficar. Gabriel responde que os valores vão permanecer os mesmo, mas o saldo vai decrescer e vai ser reprogramado, sem perda do valor da emenda, só reduzindo os itens. Gisele diz que só vai ter precisão do saldo que irá restar, quando licitar os equipamentos a serem comprados, e quando for aprovado este recurso, e ele for repassado em sua totalidade. Porque neste momento está na fase de proposição, e sendo aprovado, esse valor é colocado em sua totalidade. O valor continua sendo R\$ 5.500.000,00 e depois vai ser apresentado todos os valores, já que está na fase de estudo, projeção de quantitativo dentro de valor. Só terá quantidade de itens a partir dos processos de licitação, só se tem uma estimativa. Gisele repassa as Unidades que sofreram alteração, para ficar registrado: Centro POP Glória e Neusa Gomes; CREAS: Afogados, Ana Vasconcelos, Cordeiro, Educador Social Renato Ribeiro, Espinheiro e Miguel Otávio e CRAS Dois Irmãos. Edson informa que vai colocar na resolução essa reorganização das Unidades, depois da liberação do Conselho. Edson coloca para votação a Alteração do Plano de Trabalho da Emenda Parlamentar nº 202281000306. Todos aprovam por unanimidade, e Edson diz que vai proceder com a publicação desta em Resolução no Diário Oficial. A próxima reprogramação antes de ser realizada, também vai ser apresentada no Pleno. Edson agradece a Gabriel e Gisele pelo detalhamento das informações, e estes agradecem a presteza e compreensão da urgência em aprovar uma etapa tão importante para a

Secretaria. Edson passa para os informes. Fagner informa que o prazo final para nomeação do concurso foi ontem, porém no Diário Oficial não foram publicadas as nomeações e que ele gostaria de esclarecimentos da Secretaria sobre esse não cumprimento do prazo estabelecido no edital para publicação do resultado final, pedindo para informar o prazo para as nomeações. E que gostaria que o CMAS se manifestasse a favor do Centro POP em Setúbal, visto que está havendo uma resistência para implantação do equipamento, de pessoas residem na localidade e que desconhecem a dinâmica do serviço. Edson responde que a Secretaria já publicou a homologação final das pessoas que foram aprovadas e também já encaminhou o chamamento da primeira parte dessas pessoas que foram aprovadas, só esperando a nomeação e que vai se informar sobre o andamento pois sabe que esse chamamento dos concursados também depende da Secretaria de Administração e Finanças. Em relação ao Centro POP Setúbal, o CMAS não tem essa função prévia, mas pode fazer reuniões com as entidades da Sociedade civil no local, mas é uma decisão da Secretaria, e o CMAS não faz essa incidência. Mas quando implantado, o CMAS faz o processo de fiscalização e faz o processo de orientação aos trâmites da política, mas pode emitir a sua opinião e tratar na Comissão de articulação e Política. Jailson gostaria que fosse ponto de pauta da Comissão, já que algumas pessoas de Setúbal reivindicam a não implantação e que precisa dar informações sobre o CMAS, em relação ao seu funcionamento e o não posicionamento diante dessa questão. Ele relata que muitos são contra o funcionamento do Centro Pop naquela área, onde passaram vários vídeos com cenas de crimes e delitos, e que acusam as pessoas em situação de rua de cometê-los, porém não é verdade. Jailson afirma que gostaria de pautar isso no dia 04/07, na reunião da Comissão de Articulação e Política. Fagner diz, ainda sobre a questão do do Concurso, que aconteceu um pedido de informação pelo mandato de Ivan Moraes, que coloca a necessidade do serviço como urgente, já que tem pessoas homologadas que contempla isso e está precisando deles. Teve prorrogação de contrato dos trabalhadores contratados, e se entende essa prorrogação como necessária, mas não pode virar um pretexto e para os concursados não serem chamados, por isso ele gostaria de maiores informações sobre o que está acontecendo, pois ele conhece algumas pessoas que prestaram concurso. Fagner também fala sobre o Auxílio Municipal Emergencial (AME), onde foi votado isso e foi mostrado na TV, a Secretaria não tem um prazo para concessão dos benefícios, e as pessoas estão solicitando informações diante das suas necessidades, por isso é necessário saber um prazo para concessão do benefício. Fagner gostaria de uma resposta sobre essa questão. Edson explica algumas questões: já tem publicado no Diário Oficial a relação de pessoas que adquiriram o direito ao auxílio, através da Lei que foi gerada na Câmara dos Vereadores', para que fosse pago o AME. Esse cadastro não foi feito ao mesmo

tempo, pois as equipes de Agente Comunitários de Saúde (ACS) que foram nas casas, que fizeram o cadastro e o mutirão, fizeram uma parte dessas pessoas conforme iam nas comunidades, em um processo gradual, e conforme chegam as informações, o banco faz o pagamento. Mas já existe mais de uma relação cadastrada. É bom atentar para o detalhe, é necessário refletir que muitos da comunidade não dizem se ganharam e o que ganharam publicamente, por não ser sadio ou saudável. Edson diz que pode verificar junto à Secretaria, o que o BB já realizou de pagamento. E quanto à questão de fiscalização do Conselho relacionada à questão orçamentária, que é fundamental e é papel do Conselho, o auxílio foi aprovado no CMAS e tem-se o dever de questionar o quanto está sendo pago em relação a AME, e de fiscalizar o recurso. O prazo para recebimento do auxílio, é o tempo que os ACSs vão fazendo com o cadastro da comunidade em cada território e essas informações são computadas. E tem outra questão que é os critérios que estão na Lei, pessoas que podem receber e não estão nos critérios da Lei. Por exemplo, existe um número enorme de pessoas que estão no CADÚnico, mas talvez nem todos que foram atingidos estão no CADÚnico. Jeferson pergunta se os atingidos no Bairro da Iputinga que já foram cadastrados, se já foram contemplados. Edson diz que a lista dos contemplados está no Diário Oficial e no Conecta Recife, e pode enviar essa lista do diário oficial para Jeferson. Fagner pergunta por quanto tempo as pessoas cadastradas para recebimento do AME vão ter que esperar. Micael também pergunta sobre uma amiga que teve a casa invadida pelas águas pela 5ª vez, mas ela mora no Município de Jaboatão, e não sabe se vai receber o benefício por estar trabalhando. Edson responde que o Governo do Estado paga para todas as vítimas da chuva, independente do Município, e que Jaboatão deve dar algum auxílio. Edson acha importante como papel de cidadão, fazer denúncia sobre as pessoas que não estão recebendo. Embora não seja o papel do Conselho resolver isso, mas este deve fiscalizar e denunciar. Fagner lembra que haverá assembleia dos Servidores na sexta-feira e haverá uma sessão solene e homenagem ao educador Júnior, e será discutida a pauta da campanha salarial. Nada havendo mais a tratar, Edson agradece a presença de todos e encerra a reunião.